



ORIGENS DO TRABALHISMO: a experiência de Pedro Ernesto Baptista na década de 1930

Ms. Thiago Cavaliere Mourelle
Arquivo Nacional, Rio de Janeiro

RESUMO

Pedro Ernesto, interventor e depois prefeito eleito do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, foi aos poucos aprofundando suas relações com os trabalhadores, o que causou o descontentamento de grupos políticos e sociais que sentiram seus interesses afetados.

A popularidade obtida por Pedro Ernesto assustou não só os grupos de direita, como também os de esquerda, que viram o prefeito como um concorrente à obtenção da atenção da população pelo Partido Comunista Brasileiro e pela Aliança Nacional Libertadora. Mas o grande opositor do prefeito viria a ser o presidente da República e os homens do governo federal, que viram Pedro Ernesto como uma força política que crescia nacionalmente e que poderia se tornar um concorrente em potencial. Caso isso ocorresse, seriam prejudicados os planos que visavam à manutenção de Vargas no poder e o estabelecimento da ditadura.

Palavras-chave: Pedro Ernesto – Populismo – Trabalhismo – década de 1930.

ABSTRACT

This study began as an analysis of the Brazilian historiography on Populism and Laborism, followed by a presentation of Pedro Ernesto's political views and developments on strengthening the ties with the working class in Brazil in the 1930's. Pedro Ernesto was a Brazilian politician first appointed as a temporary governor and later democratically elected as the mayor of Rio de Janeiro, Brazil's former capital city. His main efforts were directed at appeasing the general discontent of the working class and certain social groups, whose interests were mostly disregarded and unattended in the political scene of that period. His popularity was so overwhelming that he found opposition in both the Left and Right parties, as well as in Vargas and his presidential staff, whose interest was to maintain his position and authority and implement a dictatorship. The resolutions and endeavors attempted by Pedro Ernesto to amass the support of the working class were finally subverted by the defiance and restraints imposed by his political enemies.

Keywords: Pedro Ernesto – Laborism – Populism – 1930's.

Ao entrar na prefeitura (...), senti em torno de mim um ambiente de dúvidas e de receios que era preciso desfazer, não somente para não impopularizar a Revolução, que não fora feita para desrespeitar direitos e para espalhar o terror, mas ainda para que fosse possível ao administrador trabalhar, contando com a colaboração de um funcionalismo capaz e digno (...). Aos poucos, as preocupações subalternas [foram se dissipando] por causa do espírito de justiça com que procurei dar-lhes solução. Fui pondo em evidência a serenidade do meu ânimo e a tranqüilidade voltou a todos que eu desejava ter como auxiliares e colaboradores, sinceramente decididos a me facilitarem o cumprimento do dever.¹

Esse trecho de discurso, proferido por Pedro Ernesto após sua libertação da prisão, em setembro de 1937, traz um perfeito resumo da estratégia do prefeito durante sua administração no Distrito Federal. Desde que havia assumido a prefeitura – como interventor, em 30/09/1931² –, o prefeito já estava ciente de que as suas atenções deviam se voltar para os trabalhadores, como forma de obter sustentação para seu governo.

A importância da burocracia municipal (WEBER, 1982, *passim*) é a grande mensagem do fragmento de texto citado, o que confirma a necessidade fundamental do apoio desse grupo para que um projeto político possa ser levado adiante. Portanto, os primeiros passos de Pedro Ernesto tiveram o objetivo de iniciar sua obra trabalhista fornecendo as primeiras leis do trabalho para o funcionalismo público que, em contrapartida, apoiaria irrestritamente o chefe do executivo municipal. O sucesso dessa estratégia foi a primeira grande vitória do prefeito populista.

Em seguida, assistimos a uma crescente ampliação das ações municipais a fim de atingir os professores de escolas particulares e, depois, o operariado urbano em geral. Mais uma vez o êxito foi alcançado, já que o partido de Pedro Ernesto obteve arrebatadoras vitórias eleitorais tanto na eleição de deputados para a Assembléia Nacional Constituinte, em 1933, como no pleito municipal que escolheu o prefeito e os vereadores do Distrito Federal³.

Num momento em que o governo tinha que exercer sua função muito cautelosamente, levando em conta interesses tão distintos, tais leis representavam uma perda para os empregadores. Isto não pode ser esquecido. Elas só foram elaboradas devido à imensa demanda por parte dos populares, pressão existente desde o início da República através das

¹ CPDOC - FGV, Arquivo Pedro Ernesto, rolo 1, fot. 912.

² Vargas nomeou Pedro Ernesto por ele ser um forte aliado e presidente do Clube 3 de Outubro, organização tenentista que foi de importância fundamental ao Presidente da República nos dois primeiros anos de seu governo.

³ O Partido Autonomista do Distrito Federal (PADF) obteve 8 das 10 vagas para deputados nas eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, em 1933, e 20 das 22 cadeiras de vereadores da cidade do Rio de Janeiro, em 1934. Foi um sucesso absoluto. Dos votos recebidos pelo PADF, 42% tinham o nome de Pedro Ernesto, o que serve de prova da enorme popularidade do interventor que, em 1935, acabou se tornando o primeiro prefeito eleito da história do Rio de Janeiro, embora de forma indireta, em votação entre os vereadores.

greves e dos movimentos anarquistas e sindicalistas ao longo das quatro primeiras décadas republicanas.⁴

Logo, a legislação do trabalho não foi uma “doação” de Vargas ou de Pedro Ernesto, mas uma resposta às históricas pressões populares e uma tentativa de diálogo em busca do apoio que era necessário para o governo fortalecer seus pilares de sustentação e ganhar maior autonomia em relação aos grupos de pressão dominantes.⁵

O sociólogo Francisco Weffort, que utilizou a palavra “doação” quando se referiu às medidas tomadas pelo governo que beneficiaram os populares, paradoxalmente, em outro trecho de seu livro, apresentou três pontos de pressão que a população urbana exerceu sobre o governo, ou seja, a contrapartida em troca do apoio. Eles seriam: a pressão para ter acesso aos empregos urbanos (que exerciam as *massas*⁶ de migrantes); a pressão no sentido de ampliação das possibilidades de consumo (realizada pelas novas *massas* urbanas e também pelas antigas); e a pressão que se orientou no sentido da participação política dentro dos quadros institucionais (WEFFORT, 1986, p. 75).

O governo que atendesse a essas três demandas teria boas chances de conseguir o apoio popular tão importante em tempos de instabilidade política. Pedro Ernesto conseguiu êxito nessa empreitada. Ele atendeu à primeira expectativa na medida em que a criação de escolas e hospitais públicos aumentou a oferta de empregos – inclusive foi acusado pelos seus opositores de utilizar tais instituições como “cabide de emprego”, críticas que se repetiram em relação às posteriormente criadas Polícia Municipal e Universidade do Distrito Federal.

As possibilidades de acesso ao consumo foram defendidas indiretamente com a oferta de empregos e salários de razoável poder aquisitivo e, diretamente, por meio do decreto que estabeleceu o tabelamento para os artigos de primeira necessidade⁷.

⁴ Para mais detalhes, ver a primeira parte de Gomes, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2002; ver também DULLES, John W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1973.

⁵ É importante lembrar que desde a Revolução Russa, que ocorreu em 1917, havia aumentado a preocupação internacional com a situação dos trabalhadores. O temor era que as más condições de vida e a exploração do trabalho pudessem acarretar outras revoluções socialistas. A Organização Internacional do Trabalho já na década de 1920 pressionava os governos nacionais a implementar uma legislação trabalhista que atendesse às demandas dos trabalhadores (Geraldo Mesquita Júnior, *Breve história do socialismo*, Brasília, Senado Federal, 2003). O autor afirma a p. 59: “Os acontecimentos de 1917/1919 serviram de alerta em várias partes do mundo. Em 1919, realizou-se em Washington a primeira Conferência da OIT (Organização Internacional do Trabalho), então recém fundada, e as principais reivindicações trabalhistas começaram a granjear reconhecimento na maioria dos países democráticos, como o regime de 8 horas de trabalho diário, normas de proteção do trabalho das mulheres e dos menores, e condições mínimas de higiene e segurança do trabalho”. Também, a propósito: “Em estudo das condições de trabalho no Brasil. O discurso do Sr. Albert Thomas no banquete de ante-onde”, *Jornal do Brasil*, 18/07/1925.

⁶ Respeitamos a expressão “massas” porque estamos usando o texto do autor. Porém, fazemos coro com a corrente historiográfica que considera esse termo vago e pouco explicativo.

⁷ Decreto municipal nº 5636, de 30/09/1935.

E, finalmente, o acesso à participação política se deu primeiro por meio da política de alistamento do Partido Autonomista do Distrito Federal – que praticamente triplicou o quadro de eleitores do Rio de Janeiro de 1930 a 1934 (CONNIFF, 2006, *passim*) – e depois pela União Trabalhista do Distrito Federal, organismo criado pelo prefeito que, segundo suas próprias palavras, destinava-se a esclarecer os trabalhadores quanto aos seus direitos através de uma associação deles com intelectuais, tendo à frente deste processo o próprio Pedro Ernesto, na presidência do órgão⁸.

Por conseguinte, é possível perceber que o líder populista teve muito a fazer para conseguir a adesão dos trabalhadores. Foi preciso construir laços com eles, atendendo suas demandas, obtendo confiança e só assim podendo contar com seu apoio. É importante ainda frisar que, ao desenvolver toda essa estratégia de ação junto aos trabalhadores cariocas, Pedro Ernesto obviamente não pretendia somente praticar algum tipo de caridade abnegada. Político experiente e nada ingênuo, ele tinha claramente o intuito de ascender em sua carreira política e conquistar cada vez mais espaço na política nacional. E para efetivar isso nada melhor do que conseguir popularidade e expressivas vitórias eleitorais na capital da República.

Mas a relação do líder municipal com a população urbana era muito delicada, pois, ao mesmo tempo em que procurava agradá-la, ele não poderia esquecer dos outros grupos sociais que o cercavam e viam com desconfiança essa aproximação do político com a população mais necessitada. Esse terminou sendo o ponto fraco de Pedro Ernesto Baptista, que o levou a ser acusado de aderir ao comunismo, e, após a *Intentona Comunista*, ter sua prisão decretada e sua carreira política abreviada.

Portanto, o populismo não pode ser definido como mera “manipulação de *massas*”⁹, mas um jogo político de interesses nos quais o objetivo é obter o apoio popular, oferecendo algo em troca, e, ao mesmo tempo, atentando para os limites dessa relação, a fim de não causar descontentamento a outros setores da sociedade.

Assistimos a um rico e importante debate acerca do termo “populismo” na década de 1980. Ferreira e Gomes, influenciados pelo advento da história cultural e principalmente pelos escritos do historiador inglês E. P. Thompson, buscaram com êxito estudar as relações entre poder público e operariado a partir da cultura operária, retirando o foco dos “homens de Estado”.

⁸ CPDOC - FGV, Arquivo Pedro Ernesto, folheto PEB 5f.

⁹ Utilizamos a expressão *massas* por ter sido esse o vocábulo utilizado por Weffort, considerado por nós o mais importante teórico do populismo no Brasil. Embora essa expressão já tenha sido repetidas vezes criticada, optamos por respeitar o vocabulário utilizado por Weffort ao dialogarmos com ele.

São inegáveis as importantes contribuições desses historiadores que avivaram e qualificaram o debate iniciado pelo grupo de Itatiaia¹⁰ e complementado pela sociologia paulista¹¹. Porém, consideramos que a aversão de Ferreira (FERREIRA, 2001, *passim*) e Gomes (GOMES, 2002, *passim*) em relação ao termo “populismo” é exagerada. O grande problema é que, ao criticar a expressão “populismo”, Gomes e Ferreira propõem sua substituição por “trabalhismo”, alegando que “a noção de ‘populismo’ tornou-se tão elástica e, de certo modo, a-histórica, que passou a explicar tudo – e, como ocorre nesses casos, explicar muito pouco” [FERREIRA, 2001, p. 13]. Porém, o mesmo se deu com a expressão “trabalhismo”, que também acabou por adquirir uma enormidade de significados.

Portanto, seria mais correto considerar o “trabalhismo” como uma face do “populismo”, ou seja, é o uso político da questão do trabalho para a obtenção do apoio popular que é o objetivo em última instância do complexo fenômeno populista.

Em relação a Weffort, não há dúvidas que suas conclusões podem e devem ser passíveis de críticas, como o foram nas últimas décadas como o intuito de intensificar e qualificar o debate. Porém, consideramos incontestável o pioneirismo desse sociólogo ao lançar os princípios fundamentais para o estudo do fenômeno populista, que discutimos nos parágrafos anteriores, e é essa a razão de partirmos de sua obra para desenvolvermos nossa linha de pensamento.

Voltando ao nosso objeto de estudo, é importante perceber que a carta de 1934 tornou a ligação entre governante e trabalhadores mais sólida a partir do momento que homologou definitivamente medidas antes colocadas em vigor por decretos e acordos. O artigo 121 estabeleceu a necessidade da criação do salário mínimo; proibiu a diferença de salário por motivo de sexo, idade, nacionalidade ou estado civil; reafirmou a jornada de oito horas de trabalho semanal¹², motivo de discussões acaloradas desde a década de 1920; e protegeu o

¹⁰ Estudiosos que, nos anos 1950, debatiam sobre diversos assuntos da realidade brasileira. Alberto Guerreiro Ramos, Cândido Mendes de Almeida, Hermes Lima, Ignácio Rangel, João Paulo de Almeida Magalhães e Helio Jaguaribe eram alguns deles. De suas reuniões surgiram as publicações dos *Cadernos do Nosso Tempo*, cujos exemplares apresentaram análises muito valiosas sobre o Brasil. De integrantes desse grupo partiu a iniciativa para a criação do IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política), que viria a ser o núcleo básico para a organização do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros). O pensamento do ISEB sobre populismo foi definido por Ângela de Castro Gomes como: “um proletariado sem consciência de classe; uma classe dirigente em crise de hegemonia; e um líder carismático, cujo apelo subordina instituições (como o partido, embora com ele conviva) e transcende fronteiras sociais (de classe e entre os meios urbano/rural)”. Ângela de Castro Gomes, “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”. In Jorge Ferreira (org), *O Populismo e sua História: debate e crítica*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, p. 27.

¹¹ Weffort era membro de um conjunto de sociólogos paulistas, entre os quais estavam Juarez Brandão Lopez, José Albertino Rodrigues, Leôncio Martins Rodrigues, Emir Sader, Francisco de Oliveira, Bóris Fausto, entre outros.

¹² Para se ter idéia da grande discussão que suscitava a questão da jornada de trabalho semanal, ver o jornal *O Globo* em outubro de 1931, que fez um debate com vários representantes de patrões e empregados.

trabalhador com férias anuais remuneradas e indenização por dispensa sem justa causa. A constituição acenou ainda com a criação da Justiça do Trabalho, com a presença de representantes de empregados e empregadores nas audiências a serem realizadas¹³.

Torna-se necessário, portanto, relativizar o superdimensionamento que Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira dão ao processo de criação e promulgação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) de 1943. Embora algumas dessas medidas tenham entrado em vigor somente a partir de 1937 e outras ainda postergadas para o fim da ditadura de Vargas, é incontestável a importância do projeto de elaboração de leis trabalhistas iniciado por Collor em 1930 (BARROS, 2007, p. 297-330) e coroado na constituição de 1934, anos antes do início do Estado Novo.

Já a criação da União Trabalhista do Distrito Federal¹⁴ (UTDF) significou a consolidação das ações populistas de Pedro Ernesto em direção aos trabalhadores. Após ter iniciado suas ações de modo restrito, em direção somente ao grupo de funcionários municipais, em 1935 o prefeito já havia atingido os trabalhadores de forma muito mais ampla, se tornando líder da UTDF, associação que, a exemplo da Universidade do Distrito Federal (UDF), funcionou durante um período curtíssimo, mas, assim como tal universidade¹⁵, também obteve sucesso. Embora tivesse sido fechada em dezembro de 1935, nos 7 meses em que esteve em pleno funcionamento, com sede na rua Sacadura Cabral, nº 42, ela conseguiu a adesão de cerca de 70 sindicatos, contando com um significativo número de mais de 30 mil associados (PEDREIRA, 1937, *passim*).

Pedro Ernesto não queria se engessar em nenhuma organização, mas trilhar o seu próprio caminho e não dividir o poder com ninguém. Estava claro para ele que, caso ingressasse na Aliança Nacional Libertadora (ANL), não só as pressões de seus inimigos iriam se tornar insustentáveis como também ele perderia muito de sua autonomia política, tendo que se submeter às decisões de Herculino Cascardo – líder nacional – ou Luís Carlos Prestes – presidente de honra da organização.

Portanto, a União Trabalhista foi o caminho escolhido pelo prefeito, que tentou se manter à parte da guerra ideológica entre a direita e a esquerda, dizendo ser contrário a

¹³ Constituição do Brasil, 1934, artigo 121.

¹⁴ CPDOC - FGV, Arquivo Pedro Ernesto, folheto PEB 5f.

¹⁵ Cabe lembrar que, apesar da Universidade do Distrito Federal ter existido durante alguns anos – até ser incorporada pela Universidade do Brasil –, ela só funcionou nos moldes estabelecidos por Pedro Ernesto e Anísio Teixeira até dezembro de 1935, quando Teixeira saiu da secretaria de educação e a universidade sofreu um remodelamento que a alterou significativamente.

quaisquer extremismos¹⁶ e, ao mesmo tempo, se aproximou cada vez mais de líderes proletários a fim de obter o apoio necessário para levar seu projeto político adiante.

A criação da União Trabalhista do Distrito Federal foi o auge de um projeto que se desenvolvia, desde 1931, visando estender o “braço do Estado” a todos os trabalhadores. Como nos informa Tilly, a homogeneização da população torna mais fácil a administração pública (TILLY, 1996, *passim*). Os hospitais e escolas construídos, nesse sentido, podem ser entendidos como unidades nas quais agiriam os micro-poderes – especificados por Foucault –, mantendo a vigilância e a ordem (FOUCAULT, 1986, *passim*). O Estado, ao transformar os excluídos em cidadãos, teria destes a legitimação do novo Estado surgido com o movimento de 1930, ou seja, era um tipo de “acordo” que beneficiava ambos.

A ação de Pedro Ernesto no tratamento da questão trabalhista começou com a criação da Assistência Médico-Cirúrgica para os funcionários municipais – decreto 4033 – e o Montepio dos Empregados Municipais, além da regularização do pagamento do vencimento dos mesmos.¹⁷ A Assistência Médico-Cirúrgica se manteve graças à “quota de saúde”, taxa de 1% sobre todos os pagamentos devidos à prefeitura, à exceção dos impostos predial e territorial. Ainda no intuito de conseguir verbas para solucionar os problemas sociais, Pedro Ernesto revogou o plano de urbanização concebido por Alfred Agache¹⁸ e aprovado por seu antecessor, Adolfo Bergamini – o que também evitou centenas de expropriações de casas populares. Definitivamente, é perceptível que a prioridade do governo, que costumeiramente era dada às reformas urbanas, se transferiu para os problemas sociais, que clamavam pela atenção do Estado.

Uma série de decretos municipais mudou a forma como a questão trabalhista era tratada pelo poder público. Já em 28/10/1931, nos primeiros dias da interventoria de Pedro Ernesto, o decreto 766 beneficiou a burocracia municipal com a estabilidade no emprego, ameaçada pela legislação anterior, preocupada em permitir demissões e afastamentos em caso de necessidade de redução de gastos. Alguns meses depois o decreto 3790, de 02/03/1932, concedeu aos operários os direitos do funcionário municipal, tais como maior proteção da estabilidade no emprego e assistência médico-cirúrgica. Os operários ainda viriam a se beneficiar quando o decreto 3786, inicialmente criado em prol dos funcionários do município, também se estendeu a eles, providenciando a respeito de licenças, aposentadorias e jubilações por tuberculose, lepra e câncer.

¹⁶ CPDOC - FGV, Arquivo Pedro Ernesto, Folheto PEB 5f.

¹⁷ Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, CPDOC - FGV, edição digital, verbete Pedro Ernesto Baptista.

¹⁸ Urbanista francês que elaborou, entre 1928 e 1930, um plano de urbanização para o Rio de Janeiro.

Em maio de 1934, já no fim de sua interventoria, Pedro Ernesto baixou o decreto 4771, passando a conceder um mês de vencimento à família do funcionário falecido, algo inovador até então. Na mesma época, já no início da campanha eleitoral para as eleições municipais, o prefeito-interventor estendeu a operários, diaristas, jornaleiros¹⁹ e mensalistas, não titulados, da municipalidade, as férias de que tratava o decreto 2124.

O mais importante talvez tenha sido o decreto que Pedro Ernesto instituiu no 1º de maio de 1934, antecipando-se ao governo federal, criando a Lei do Salário Mínimo no município do Rio de Janeiro. O prefeito aproveitou a ocasião para conceder, no mesmo dia, 10% de aumento ao funcionalismo público²⁰.

Tais realizações nos ajudam a compreender ainda melhor o porquê das dezenas de manifestações de apoio a Pedro Ernesto ao longo de seu mandato e a ovação recebida no momento de sua libertação, em 1937²¹, e em seu enterro, em 1942²². Milhares de pessoas foram às ruas em diversas ocasiões demonstrar seu apoio ao prefeito do Distrito Federal. Não foi somente sua extensa obra nos campos da educação e saúde que fizeram com que o tenente-civil – apelido recebido durante o movimento de 1930 de seus colegas militares – fosse querido pela população, mas também, e talvez principalmente, esses diversos decretos levando os direitos trabalhistas, primeiro para a burocracia municipal, depois para os trabalhadores da cidade do Rio de Janeiro de um modo mais amplo.

Outra inovação do prefeito pode ser percebida na leitura do texto que estabeleceu a Secretaria de Saúde e Assistência, que tinha como objetivos “defender a saúde por todos os modos e meios possíveis”. O decreto nº 17, de 2/9/1935, estabelecia que a Secretaria deveria prover tratamento médico hospitalar, prestação médico-cirúrgica de urgência e dar noções de boa higiene pessoal aos assistidos. Até esse ponto nada de novo. Englobavam ainda as atribuições da secretaria a “defesa da raça, compreendendo os **problemas de patologia social** e amparando a maternidade, a infância, a juventude e os adultos em perigo físico, **econômico e social**” [grifos meus].

Logo, percebemos aqui que, ao contrário do que afirma Ângela de Castro Gomes (GOMES, 2002, p. 242-243), a introdução da medicina social no Brasil e a visão ampla da saúde do trabalhador como uma questão que englobava, mais do que cuidados médicos, também fatores econômicos e sociais, não foi pioneirismo do Estado Novo varguista, estando

¹⁹ No vocabulário da época, jornaleiro vem da expressão “jornada de trabalho”.

²⁰ Todas essas leis e decretos podem ser vistos em: CPDOC - FGV, Arquivo Pedro Ernesto, rolo 1, fot. 912.

²¹ Para mais detalhes, ver: Biblioteca Nacional, periódico *Jornal do Brasil*, 15/09/1937.

²² Para mais detalhes, ver: Biblioteca Nacional, periódico *Correio da Manhã*, 11/08/1942.

presente já em 1935 nas atribuições principais da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência do Distrito Federal²³.

Mas o sucesso obtido pelo prefeito entre os trabalhadores não se repetiu em relação a outros grupos políticos e sociais. As atitudes de Pedro Ernesto afetaram interesses diversos, o que multiplicou o número de inimigos que ele teve que enfrentar. As direitas temiam sua ascensão política e a força que o apoio popular daria a ele. As esquerdas desconfiavam da negativa de Pedro Ernesto em se juntar à ANL e consideravam que a adesão dos trabalhadores ao prefeito esvaziaria o PCB e a ANL. Logo, todos esses opositores não mediram esforços no intuito de minar as bases de sustentação do prefeito, atacando-o incisivamente.

A acusação de envolvimento com os comunistas foi o grande problema de Pedro Ernesto ao longo de todo o seu governo. Prova disso é que esse foi o motivo de sua prisão. O discurso anti-autoritário e liberal-democrata do prefeito carioca – paradoxal, já que ele havia apoiado o governo inconstitucional de Vargas de 1930 a 1934 – e, principalmente, suas práticas políticas voltadas aos trabalhadores, serviram de combustível para que as acusações não tivessem fim até que sua aniquilação política se efetivasse.

Outro ponto que enfraqueceu o prefeito do Distrito Federal foi a questão da legalização dos jogos de azar.²⁴ Apesar de ter servido como elemento importante para a arrecadação de impostos, a aplicação falha de seu regulamento fez com que esse projeto se tornasse um verdadeiro “calcanhar de Aquiles” para Pedro Ernesto. Críticas surgiram na imprensa, alguns protestos vieram da população e denúncias de corrupção envolvendo o senador Jones Rocha, braço-direito do prefeito, contribuíram para o aumento dos problemas dentro do Partido Autonomista. Em linhas gerais, o jogo trouxe mais malefícios do que benefícios para a vida política do primeiro prefeito eleito da história do Rio de Janeiro.²⁵

Pedro Ernesto acreditou que o apoio dos trabalhadores, grupo que ganhava força ao passo que se davam o crescimento da urbanização e a proliferação da industrialização, bastaria para que ele emergisse não só na política do Distrito Federal, mas também no cenário político nacional. Porém, Pedro Ernesto estava vivendo num momento de polarização

²³ Problemas de saúde e “patologia social” (expressão usada na época) fizeram parte de um programa internacional, sob a égide da eugenia. O marco desse pensamento no Brasil foi o Congresso de Eugenia, em 1928, que fez recomendações à administração pública sobre a questão. Para mais informações, ver: SOUZA, Vanderlei Sebastião de. “A ‘eugenia negativa’ nos trópicos: a política biológica e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1928-1932)”. XII Encontro de História Regional, Rio de Janeiro, 2006.

²⁴ Desde que havia assumido a prefeitura, ainda na qualidade de interventor, Pedro Ernesto defendia a legalização dos jogos de azar alegando que este seria um atrativo para o turismo e, além disso, os tributos provenientes dele sustentariam o crescimento econômico da cidade. Biblioteca Nacional, periódico *Diário da Noite*, 04/02/1933.

²⁵ Sobre os problemas que a legalização do jogo gerou para o prefeito do Rio de Janeiro, ver: Biblioteca Nacional, periódico *Diário de Notícias*, 18/04/1936.

ideológica em que crescia tanto a extrema esquerda como a extrema direita, não havendo margem para o meio-termo.

As ações voltadas para a melhoria de vida dos populares e o complemento desse projeto com a inserção política dos trabalhadores, através da criação da União Trabalhista do Distrito Federal, fizeram com que seus inimigos temessem sua progressão política e, principalmente, o enxergassem como um rival em potencial na arena política nacional.

A Universidade do Distrito Federal (UDF), criada em 1935, foi a coroação intelectual de todo um projeto político estabelecido pelo prefeito desde 1931 sob o comando do educador Anísio Teixeira. Esse projeto se apresentou como uma alternativa ao centralismo e autoritarismo levados adiante pelo governo federal.²⁶ A UDF tinha uma proposta de ensino inovadora e contava com professores de diversos credos, inclusive muitos assumidamente comunistas. A excelência no ensino foi colocada à parte de valores políticos ou religiosos e o corpo docente contou com profissionais altamente gabaritados, tais como Sérgio Buarque de Holanda, Jorge de Lima, Josué de Castro, Afonso Arinos Franco, Di Cavalcanti, Delgado de Carvalho, Emile Brehier, Pierre Defontaines, Gaston Leduc, Thomas Lynn Smith, Gilberto Freyre, Lúcio Costa, Cândido Portinari, Heitor Villa-Lobos, Cecília Meireles, entre outros (VICENZI, 1986, *passim*).

Em reação à criação dessa universidade, a Igreja Católica aumentou ainda mais as acusações de comunismo – que pressupunha o ateísmo – contra o prefeito carioca. No Rio de Janeiro, católicos liderados pelo intelectual laico Alceu Amoroso Lima iniciaram um ataque contra as autoridades municipais que se estenderia do início de 1932 até dezembro de 1935, mês em que Teixeira renunciou e foi substituído na secretaria de educação por Francisco Campos – católico fervoroso, alinhado com a Igreja e com o governo federal. A saída de Teixeira marcou a derrota política e ideológica do prefeito Pedro Ernesto, que estava muito pressionado pelo crescente autoritarismo e centralismo que tomou conta do país após a *Intentona* de novembro do mesmo ano (SARMENTO, 2001, p. 196).

A recusa do prefeito em implantar o ensino religioso no ensino municipal, somado às experiências das criações da União Trabalhista e da Universidade do Distrito Federal, contribuiu para que aumentassem as acusações de que o prefeito estava aderindo ao comunismo. O vereador Átila Soares chegou a afirmar que Pedro Ernesto estava “sovietizando” a cidade (CONNIFF, 2006, p. 195). O mesmo vereador colocou em votação o chamado projeto nº 8, que tornava obrigatório o ensino religioso nas escolas municipais.

²⁶ CPDOC - FGV, Arquivo Pedro Ernesto, Folheto LF 88f.

Apesar de aprovado, o projeto não entrou em vigor diante da recusa do prefeito em homologá-lo. Para o historiador Carlos Eduardo Sarmiento, foi a partir desse episódio que se tornou nítida a “defecção autonomista liderada por Olímpio de Mello e Luís Aranha, que passaram a articular abertamente a oposição ao prefeito dentro da própria bancada de seu partido” (CONNIFF, 2006, p. 195).

No Palácio do Catete, Vargas percebia que o homem que havia sido seu médico estava se apresentando como uma força política de peso. Os homens que cercavam o presidente – Góis Monteiro, Eurico Dutra, Felinto Muller, entre outros – já desconfiavam da postura de Pedro Ernesto, sendo que o mais influente deles, Góis Monteiro, tinha o prefeito carioca como desafeto já há alguns anos.²⁷

Diante desse contexto, não demorou para que os generais pedissem a Vargas a prisão de Pedro Ernesto, o que foi imediatamente aceito pelo presidente, que não queria ter um possível concorrente ao título de “pai dos pobres” e que precisava do apoio dos generais para se garantir no poder.

O radicalismo da esquerda e da direita, num momento de crescente polarização ideológica, forçava todos a tomarem uma posição a favor de um ou outro grupo. Pedro Ernesto, que tinha pretensões de se aproximar dos setores populares, foi logo criticado e visto como um político a favor dos comunistas. Seu discurso democrático, mantendo em seu governo colaboradores assumidamente comunistas e nomeando para a Universidade do Distrito Federal professores partidários da ideologia de Prestes, aumentou ainda mais as críticas sofridas.

Soma-se a isso a defesa do ensino laico e a oposição ao ensino religioso obrigatório. Pedro Ernesto, que se dizia um democrata, procurou em seus discursos assumir uma neutralidade que não era bem vista numa época de polarização ideológica, até porque suas atitudes democratas batiam de frente com o ideário autoritário integralista, o que, por exclusão, o lançava para o outro grupo: o da Aliança Nacional Libertadora – o pensamento que vigorava na época resumia-se ao seguinte: quem não estava de um lado, estava do outro.

Podemos dizer que, em meados de 1935, havia uma clara definição política: de um lado o Integralismo, que tinha a simpatia da Igreja, dos setores mais autoritários do exército e do governo federal; de outro a Aliança Nacional Libertadora, com o apoio de social-

²⁷ Vários políticos da época, posteriormente, revelaram que havia um grande desentendimento entre Góis Monteiro e Pedro Ernesto. Odilon Batista, filho de Pedro Ernesto, em depoimento ao Programa de História Oral do CPDOC, FGV, revelou que os problemas entre os dois vinham desde a deflagração do movimento de 1930.

democratas, liberais, trabalhadores, comunistas e de Pedro Ernesto – que, apesar de continuar tentando manter-se à margem dessa disputa, se opunha incisivamente ao Integralismo e tinha vários amigos dentro da ANL. Dessa forma, ficou clara a oposição entre Vargas, que caminhava para o autoritarismo, e Pedro Ernesto, que mantinha um discurso de defesa da democracia, com medo de que o fechamento do regime prejudicasse sua estratégia política populista junto aos trabalhadores.

Portanto, a prisão de Pedro Ernesto ocorreu por razões estritamente políticas. Vargas se aproveitou da *Intentona Comunista* para criar um ambiente de guerra²⁸ dentro do país, superdimensionando o levante aliancista com o fim de disseminar o medo na população e, desse modo, obter respaldo para prender qualquer cidadão, mais especificamente seus inimigos políticos e possíveis entraves para a implantação da ditadura que asseguraria sua permanência no poder.

O primeiro prefeito eleito da história do Rio de Janeiro foi condenado num julgamento marcado por irregularidades tais como a deturpação de depoimentos, sumiço de provas e clara inclinação da justiça no sentido de incutir culpabilidade ao acusado (PEDREIRA, 1937, *passim*). Enquanto Pedro Ernesto enfrentava seu julgamento, os acontecimentos que selavam o destino do país se sucediam.

Todo o processo de fechamento do regime foi cautelosamente estudado e planejado. O cronograma do governo foi seguido à risca numa sucessão de acontecimentos que podem ser resumidos da seguinte forma: o boicote “oficioso” à candidatura de José Américo – candidato de Vargas ao pleito presidencial que se realizaria em 1938, mas que não contava de fato com os esforços do governo federal em sua campanha –, a invenção do Plano Cohen, a decretação do Estado de Guerra, a nomeação de executores do Estado de Guerra em cada estado e no Distrito Federal, a prisão dos inimigos políticos, a intervenção no Rio Grande do Sul – a fim de aniquilar um grande adversário político, o governador Flores da Cunha –, o boicote oficial à candidatura de José Américo – articulado pelo governador de Minas Gerais, Benedito Valadares, que passou a defender publicamente a desistência do candidato –, a viagem de Negrão de Lima pelas regiões norte e nordeste – sob o pretexto de arregimentar apoio ao presidente na suposta luta contra o comunismo – e, finalmente, a implementação de uma nova constituição em 10 de novembro de 1937.

²⁸ Após a *Intentona Comunista*, foi estabelecida uma guerra na *front* interno que pressionou as pessoas a se colocarem contra ou a favor das atitudes do Presidente da República. Ou se estava do lado do governo ou do lado dos comunistas. Assim, foi criado um alarde na população e um “medo de ser contra” que possibilitou ao governo justificar o aumento de seus poderes e a supressão das garantias constitucionais individuais. Sobre isso, ver BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*, Lisboa/Rio de Janeiro, Difel/Bertrand Brasil, 1989, p. 201.

No Distrito Federal a submissão aos planos centralizadores do governo federal já estava garantida desde a prisão de Pedro Ernesto e consolidada com a intervenção federal que vigorava na cidade desde março de 1937²⁹. A liberdade obtida pelo ex-prefeito, em 14 de setembro, e a sua declaração de apoio a Armando Sales³⁰ – candidato da oposição às eleições presidenciais que estavam marcadas para 1938 – foram neutralizadas após o anúncio da “descoberta” do Plano Cohen, que deu a justificativa necessária para que Pedro Ernesto fosse novamente preso e não atrapalhasse os planos de Vargas até que a ditadura fosse instaurada.

A ditadura de novembro de 1937 representou o fim da carreira política de Pedro Ernesto. Foi o golpe final de Vargas contra quaisquer pretensões políticas do ex-prefeito. Os que se mantiveram fiéis aliados de Vargas desde 1930 conseguiram altos cargos administrativos. Outros, que eram oposicionistas e mudaram de lado a tempo, conseguiram espaço para prosseguir a carreira política.

Nenhum dos dois era o caso de Pedro Ernesto. Ele havia se tornado demasiado popular e possuía um projeto administrativo diferente do levado a cabo pelo governo federal. O sucesso de Pedro Ernesto foi o motivo de sua eliminação política.

De interventor ele se tornou prefeito eleito e, a partir desse momento, ganhou “vida própria” se dissociando definitivamente de Vargas. O presidente, por sua vez, não poderia admitir que outro político se destacasse tanto junto aos trabalhadores. Não poderiam existir dois “pais dos pobres”. Assim, Pedro Ernesto foi eliminado no momento em que se tornava ainda mais forte politicamente.

Se a prisão o fortalecera junto ao povo, fornecendo a ele a imagem de mártir³¹, tal erro não haveria de ser cometido novamente. O governo federal foi implacável, afastando qualquer hipótese do retorno dele à vida política.

²⁹ A intervenção federal no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, foi decretada em março de 1937 por Getúlio Vargas. O primeiro interventor nomeado foi o cônego Olímpio de Melo. A impopularidade do cônego, considerado pela população um traidor de Pedro Ernesto, abreviou sua interventoria, tendo sido substituído por Henrique Dodsworth, em julho. O importante é perceber que a interventoria foi decretada no mesmo mês em que Pedro Ernesto seria julgado, numa clara estratégia do presidente em evitar o retorno de Pedro Ernesto à prefeitura, em caso de absolvição. Em setembro, quando Pedro Ernesto foi solto, houve uma intensa discussão na imprensa sobre se seria legal o retorno do mesmo à prefeitura. Biblioteca Nacional, periódico *Diário da Noite*, 17/09/1937.

³⁰ A partir do momento em que Pedro Ernesto foi absolvido, em 14/09/1937, os candidatos à Presidência da República, José Américo e Armando Salles, disputaram ferrenhamente o apoio do recém-libertado. 16 dias depois, Pedro Ernesto finalmente fez publicamente sua opção pelo candidato da oposição, Armando Salles. Biblioteca Nacional, periódico *Diário da Noite*, 30/09/1937.

³¹ O *Diário da Noite* noticiou que, no dia seguinte de sua libertação, Pedro Ernesto já estava na sala de cirurgia, operando um senhor idoso que “só admitiu a operação depois da liberdade do governador da cidade”. Pedro Ernesto soube se aproveitar da situação e declarou: “(...) não trouxe dinheiro da prefeitura. Tenho família e preciso trabalhar”. Biblioteca Nacional, periódico *Diário da Noite*, 16/09/1937. Esse é um retrato da imagem que o prefeito teve sucesso em construir junto à grande maioria da população carioca: a de prefeito honesto e trabalhador.

A imagem que Pedro Ernesto construiu ao longo de sua carreira política foi superdimensionada após sua morte. Um jornal o comparou aos profetas, santos e heróis.³² Justiciero em vida, santo após a morte: é uma qualificação bem característica atribuída aos líderes populistas.

A multidão ocupou a totalidade da imensa Rua Voluntários da Pátria, no bairro de Botafogo, tomando o rumo do cemitério. Relatando tal fato, o *Jornal do Brasil* justificou a presença maciça de populares pelo fato de Pedro Ernesto ter sido o pioneiro na priorização da questão social no Brasil. Segundo esse jornal, “Pedro Ernesto soube lançar e encaminhar a obra de amparo social, ao lado do presidente Getúlio Vargas”³³.

Com inimigos tanto na esquerda como na direita, Pedro Ernesto esteve isolado em 1935, tendo suas práticas populistas como seu único sustentáculo. É difícil traçar o perfil ideológico do prefeito. Podemos somente fazer uma leitura de seu posicionamento ao longo dos anos em que esteve no poder e tentar tirar algumas conclusões, mas sempre sem acreditar ingenuamente no que disseram alguns de seus amigos em entrevista ao CPDOC, de que ele era unicamente um humanista³⁴.

Pedro Ernesto apoiou o movimento de 1930, que afastou o presidente Washington Luís, eleito legalmente alguns anos antes e que estava finalizando seu governo. Logo depois, ele ainda esteve ao lado de Getúlio Vargas durante o Governo Provisório, agindo para mantê-lo no governo sem uma constituição, inclusive cooperando no caso do Empastelamento do *Diário Carioca*³⁵. Nesses casos, onde está o Pedro Ernesto legalista e democrata?

A resposta é que Pedro Ernesto era sim da família do “anthropos politikon”, ao contrário do que muitos disseram³⁶. Ele foi um homem que aproveitou as oportunidades de seu tempo para se posicionar da melhor maneira a obter vantagens para sua carreira política. O Pedro Ernesto que apoiava a ditadura de Vargas em 1930 era o mesmo que, poucos anos depois, passou a defender ferrenhamente a democracia.

Quando foi necessário estar à frente do Clube 3 de Outubro para consolidar sua posição política de amigo do presidente, lá estava ele. Já quando queria ascender

³² Comparação feita pelo *Diário da Noite*. Ver: Biblioteca Nacional, periódico *Diário da Noite*, 12/08/1942.

³³ Biblioteca Nacional, periódico *Jornal do Brasil*, 12/08/1942.

³⁴ Augusto Amaral Peixoto e Odilon Batista assim definiram Pedro Ernesto, como um humanista, em entrevista ao Programa de História Oral do CPDOC, FGV.

³⁵ Evento em que o jornal *Diário Carioca*, veículo que promovia críticas ao governo de Getúlio Vargas, foi empastelado. Esse caso gerou rebuliço na opinião pública tendo levado, inclusive à renúncia de vários homens do governo, que se revoltaram com a falta de interesse do presidente em saber os responsáveis.

³⁶ Austregésilo de Ataíde, diretor do jornal *Diário da Noite*, escreveu que Pedro Ernesto era um homem simples, ingênuo, que não fazia parte da família do “anthropos politikon”. Essa foi uma idéia muito corrente nos periódicos que fizeram a cobertura da morte do ex-prefeito, em 1942. Biblioteca Nacional, periódico *Diário da Noite*, 12/08/1942.

politicamente e ganhar autonomia política em relação a Vargas, através da obtenção de apoio popular, ele apoiou a democracia.

A relação de Pedro Ernesto com a esquerda teve o intuito de trabalhar contra o fechamento do regime que encerraria sua estratégia política populista. Essa curta relação foi encerrada quando o prefeito soube da tentativa da esquerda de chegar ao poder. Assim como o fechamento do regime pela direita encerraria com as votações populares, a implantação do socialismo também batia de frente com seus planos, já que os líderes nacionais seriam os integrantes do PCB, principalmente Luís Carlos Prestes. Por isso, Pedro Ernesto avisou ao presidente do levante aliancista assim que soube dessa informação por seu amigo Eliezer Magalhães³⁷.

Logo, Pedro Ernesto não pode ser objetivamente definido como de esquerda ou de direita. É inegável que tinha inclinação liberal-democrática, mas é certo também que era um homem que não assumiu posturas radicais ou definitivas na vida. Era ponderado e agia de acordo com as situações. Durante seu governo, foi um autêntico populista: queria a simpatia e o apoio dos trabalhadores, independentemente da obtenção ou não da simpatia da Igreja Católica, do governo federal, dos aliancistas, dos integralistas ou de qualquer outro grupo político ou social.

As possibilidades para a implantação de seu projeto político eram grandes, principalmente pelo cenário político-social da década de 1930, que mostrava o crescimento numérico dos trabalhadores e a necessidade da criação de uma nova relação entre o poder público e os populares. Porém, com o passar dos meses, o aumento do autoritarismo, a desagregação do Partido Autonomista do Distrito Federal e as pressões de diversos grupos tornaram os limites impostos superiores às possibilidades encontradas por Pedro Ernesto para o aprofundamento de seu programa político.

Sua ameaça ao governo federal foi o que faltava para que Vargas fizesse o que a Igreja Católica, a Ação Integralista Brasileira, os políticos opositores e até mesmo parte da Aliança Nacional Libertadora e do Partido Comunista do Brasil queriam: a eliminação política de Pedro Ernesto, que tentou ganhar sobrevida quando foi libertado, mas que recebeu um golpe final em suas intenções com o decreto que deu início ao Estado Novo.

Ao se afastar gradativamente dos referenciais da matriz tenentista, o prefeito municipal utilizava-se de um discurso democrático que se opôs ao projeto nacional autoritário que estava sendo levado adiante pelo governo federal – principalmente a partir de 1935. O

³⁷ Eliezer Magalhães fazia parte da Aliança Nacional Libertadora. Amigo pessoal de Pedro Ernesto, ele fez todos os esforços para obter o apoio do prefeito carioca para o levante de novembro.

desmantelamento de sua administração, culminando com sua prisão, foi a certificação de que não haveria mais esse possível núcleo oposicionista que poderia se tornar um projeto alternativo ao Estado Novo (SARMENTO, 2001, p. 235).

No Estado Novo, Vargas se aproximou do proletariado e, “aquilo que Pedro Ernesto fez de maneira pioneira passou a orientar os passos de Vargas no campo das relações com os segmentos do proletariado” (SARMENTO, 2001, p. 239). Portanto, o Vargas “pai dos pobres” só veio a surgir após 1937. Na capital da República isso foi facilitado porque a eliminação política de Pedro Ernesto deixou um vácuo, que foi preenchido pelo presidente, o que representou “mais uma explicitação das formas de apropriação por parte de Vargas do legado político de Pedro Ernesto” (SARMENTO, 2001, p. 251).

O brasilianista Michael Conniff aprofundou as comparações entre Vargas e Pedro Ernesto. Para ele, exatamente como Pedro Ernesto tinha feito, Vargas desenvolveu uma imagem forte como “pai dos pobres”, fazendo com que as massas confiassem nele (CONNIFF, 2006, p. 215). Para esse autor, o emprego de programas trabalhistas e de publicidade nos anos 1940, por Vargas, era sinal de que “ele estava se preparando inquestionavelmente para um movimento populista semelhante ao de Pedro Ernesto uma década antes. A prova de fogo seriam as eleições de dezembro de 1945” (CONNIFF, 2006, p. 221).

O esforço consciente de Vargas para criar uma autoridade entre os eleitores da classe trabalhadora, no início dos anos 1940, era inequivocamente baseada na experiência de Pedro Ernesto como prefeito do Rio de 1931 a 1936. Vargas “escolheu mais o trabalho do que a saúde ou a educação como programa social, mas seu uso para fins políticos era quase idêntico ao do ex-prefeito” (CONNIFF, 2006, p. 226).

Assim, foi o Ministério do Trabalho que providenciou a tarefa de angariar apoio popular antes realizada pelo Partido Autonomista de Pedro Ernesto. Da mesma forma, os dois homens fizeram muito uso dos veículos de comunicação de massa recém-disponíveis. Vargas tornou-se o protetor dos pobres, o defensor contra a exploração estrangeira, o líder confiável e beneficente, o homem do povo – “imagens essas que haviam sido utilizadas por Pedro Ernesto nos anos 1930” (CONNIFF, 2006, p. 226).

Logo, uma combinação de qualidades de liderança pessoal e momento propício fizeram surgir Pedro Ernesto, prefeito do Rio, colocando-o no centro de um movimento experimental que atravessou fronteiras sociais e estendeu a política participatória aos trabalhadores. Num certo sentido, “Pedro Ernesto foi o alter ego de Vargas, desenvolvendo

um estilo populista que não poderia perdurar nos anos 1930, mas que o próprio Vargas perpetuaria nos anos 1940 e 1950” (CONNIFF, 2006, p. 237).

Na ditadura, Vargas desenvolveu a política populista voltada aos trabalhadores, ganhando o apelido de “pai dos pobres”, enquanto a Pedro Ernesto restou uma posição coadjuvante na História do Brasil.

REFERÊNCIAS

DOCUMENTOS:

Biblioteca Nacional – Setor de Periódicos.

Microfilmes dos seguintes periódicos:

Diário da Noite

Correio da Manhã

Jornal do Brasil

Diário Carioca

Diário de Notícias

O Globo

Câmara Municipal da Cidade do Rio de Janeiro

Documentação relativa às eleições para a Assembléia Nacional Constituinte de 1933 e ao pleito municipal de 1934.

Documentação administrativa entre 1930 e 1936.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) / Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Arquivo Pedro Ernesto

Programa de História Oral

BIBLIOGRAFIA

BARROS, Orlando de. Os intelectuais de esquerda e o ministério Lindolfo Collor. In FERREIRA, Jorge (org.). **História das esquerdas no Brasil**. 3 v. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2007.

BOURDIEU, Pierre. Condição de classe e posição de classe; Campo do poder, campo intelectual e habitus. In: **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo, Perspectiva, 1987.

CONNIFF, Michael L. **Política urbana no Brasil: a ascensão do populismo 1925-1945**. Tradução de Myriam Campello. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

DULLES, John W. F. **Anarquistas e comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1973.

FERREIRA, Jorge (org). **O populismo e sua História: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 2. ed., Petrópolis, Vozes, 1983.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

MESQUITA JÚNIOR, Geraldo. **Breve história do socialismo**. Brasília, Senado Federal, 2003.

PEDREIRA, Mário Bulhões. **Razões de Defesa do Dr. Pedro Ernesto Baptista**. 1937.

SARMENTO, Carlos Eduardo. **O Rio de Janeiro na Era Pedro Ernesto**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **A ‘eugenia negativa’ nos trópicos: a política biológica e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1928-1932)**. XII Encontro de História Regional. Rio de Janeiro, 2006.

TILLY, Charles. **Coerção, Capital e Estados Europeus. 990-1992**. São Paulo: EDUSP, 1996.

VICENZI, Lectícia Josephina Braga de. **A fundação da Universidade do Distrito Federal e seu significado para a educação no Brasil**. Fórum Educacional. Rio de Janeiro, v.10, n.3, jul./set. 1986.

WEBER, Max. Burocracia. In: GERTH, H.H e MILLS, C. Wright (org.). **Max Weber – ensaios de Sociologia**. Parte II: Poder, cap. VIII. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.